

Rumo à seriedade

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

A apócrifa e merecidamente célebre tirada do general De Gaulle sobre o Brasil - “não é um país sério” - foi, quase meio século depois, desmentida taxativamente pelo presidente da República. Segundo o presidente Lula, a obtenção do “investment grade” pelo Brasil mostra que, afinal, “não resta mais dúvida de que o Brasil é um país sério”. Confesso que minhas dúvidas sobre o assunto persistem. Será que o Brasil se tornou mesmo um “país sério”?

Não se trata de menosprezar a obtenção do “investment grade”: é importante e coroa 15 anos de compromisso com políticas macroeconômicas responsáveis. Barateia o acesso a financiamentos internacionais. Contribui para consolidar as condições necessárias para que o Brasil supere, de forma sustentada, a estagnação na qual esteve metido por quase um quarto de século, desde o início da década de 1980.

É da natureza humana e, mais ainda, do jogo político que muitos agora se apresentam para partilhar as glórias do sucesso. Mas não há como deixar de atribuir o mérito principal à prudente, corajosa e persistente condução da política monetária. E, em menor medida, à política de equilíbrio das contas públicas. Isso a despeito de apedrejamentos persistentes por parte de membros importantes do governo, desde o vice-presidente da República e o ministro da Fazenda, até a maioria dos congressistas que constituem a base de apoio político do governo. É um mérito do presidente da República, em jogo em que a sua proverbial ambigüidade teve papel central, ter, apesar de tudo, assegurado condições para que prevalecesse a desconfortável autonomia de fato do Banco Central do Brasil.

É necessário ter a perspectiva correta quanto aos desafios que persistem. Ao alcançar o “investment grade” o Brasil se coloca em situação similar à do Casaquistão, da Romênia e da Índia. Abandona as masmorras dos investimentos de grau especulativo, nas quais era companheiro da maioria das economias latino-americanas, à exceção de Chile e México. Mas, para alcançar a classificação do México, seriam necessárias duas promoções (de BBB- para BBB+). O Chile parece infinitamente distante, cinco degraus à frente. Que “investment grade”, por si só, não assegura desempenho espetacular em termos de crescimento econômico mostra o México, cujo PIB-PPC per capita se expandiu nos últimos dez anos a taxa pouco maior do que a brasileira: 2,5%, comparados a 1,1% para o Brasil.

O que faz mais sentido para balizar o muito que faltaria a fazer, para que não coubessem quaisquer dúvidas quanto à seriedade do País, é tomar como exemplo outras economias continentais que compõem o grupo dos Brics, especialmente a China e a Índia. As virtudes do Brasil no plano “político” são conhecidas: democracia em funcionamento; vizinhança pouco problemática, a despeito de deterioração recente (melhor a Bolívia do

que o Paquistão); uma única língua, embora sem os benefícios do inglês como língua franca; e tensões regionais, raciais e religiosas relativamente equacionadas.

Um pouco de economicismo é, entretanto, fundamental. A fragilidade econômica crucial do Brasil é a sua demonstrada incapacidade de crescer rapidamente. Desde 1990, enquanto o seu PIB-PPC per capita crescia 1,1% ao ano, o chinês cresceu 9,8% ao ano e o indiano, 4,4%. Mesmo que o PIB-PPC per capita brasileiro cresça 3% ao ano, se a China mantiver o seu desempenho do passado recente, o PIB-PPC per capita brasileiro será alcançado em 11 anos. Seria a repetição da ultrapassagem da Coreia do Sul sobre o Brasil desde os anos 60.

Por que o Brasil não cresce mais rapidamente? Por uma conjunção de fatores que incluem em posição proeminente três aspectos: limitações da capacidade de poupar; ineficiências na capacidade de inovação e de qualificação da mão-de-obra; descontrole quanto ao crescimento dos gastos públicos; e incapacidade de melhorar a sua qualidade. Todo o esforço de análise estratégica do governo deveria estar orientado para a superação desses obstáculos à melhoria do desempenho de crescimento. A superação dos estrangulamentos mais prementes da infra-estrutura, tal como materializada no PAC, é parte apenas modesta de programa que realmente poderia promover o Brasil para a liga de países com expressivo crescimento econômico.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) no Brasil deveria abandonar a região dos 18% do PIB e alcançar os 25% numa primeira fase, para depois, para mudar efetivamente a cara do País, almejar níveis indianos, próximos dos 30%. A composição dos gastos arrolados hoje, como parte dos esforços de inovação, deve ser objeto de avaliação realista. A crise da educação em todos os níveis deve ser enfrentada com um choque de realismo que comece por reconhecer as gritantes deficiências de qualidade. A virtude do governo quanto a gastos públicos tem ficado restrita à sua forma de financiamento. Crescimento de gastos acima do crescimento do PIB tem sido acomodado por aumento de arrecadação. Há limites óbvios a essa política. Para governar é preciso escolher: a “seriedade” do Brasil no médio prazo depende de decisões políticas difíceis quanto à redução do gasto público.

Tal seriedade na busca da seriedade requereria radical mudança no estilo de administrar do governo e na superação de sua propensão a escalar pangarés como cavalos de corrida. Se ficar acomodado, o Brasil terá, por uns tempos, bom desempenho como supridor dos Brics, e depois vai ter de lutar arduamente para defender o seu “investment grade”, a reboque dos Brics.

*Marcelo de Paiva Abreu, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio